gular), n.º 2567/06.0TBSXL, pendente neste Tribunal contra o arguido José Luís da Silva Alves, filho de Armando Alves e de Albina Casais da Silva, natural de Seixal - Amora, Seixal, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Fevereiro de 1967, viúvo, titular do bilhete de identidade n.º 9885093, com domicílio na Rua Cidade Porto Amélia, 1, 3.º, direito, Quinta de São Nicolau, 2855 Corroios, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º, n.º 1, alíneas a) e f), do Código Penal, por referência ao artigo 203.º, n.º 1, do mesmo código, praticado em 19 de Setembro de 1996, por despacho de 2 de Junho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter prestado termo de identidade e residência.

5 de Junho de 2006. — O Juiz de Direito, *Nelson Nobre Saramago da Silva Alves Escórcio*. — O Oficial de Justiça, *Ricardo Miguel C. Ramalho*.

Aviso n.º 3053/2006 — AP

O Dr. Nelson Nobre Saramago da Silva Alves Escórcio, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca do Seixal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1740/02.5TASXL, pendente neste Tribunal contra a arguida Kátia da Conceição dos Santos, filha de António dos Santos e de Francisca da Conceição dos Santos, natural de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 25 de Março de 1978, solteira, titular da autorização de residência n.º P000308867, com domicílio na Avenida do Brasil, 98, 4.º-A, São Marcos, 2735-677 Agualva, Cacém, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 12 de Maio de 2002, por despacho de 2 de Junho de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

5 de Junho de 2006. — O Juiz de Direito, *Nelson Nobre Saramago da Silva Alves Escórcio*. — A Oficial de Justiça, *Isilda Maria S. Silva Gaspar*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso n.º 3054/2006 — AP

A Dr.ª Carla Ventura, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 165/02.7GEVFX, pendente neste Tribunal contra o arguido Echagdali Abderrahim, filho de Bouchaib e de Aicha, natural de Marrocos, de nacionalidade marroquina, nascido em 1 de Janeiro de 1967, solteiro, titular do passaporte n.º K-010881, com domicílio na Rua Duque da Terceira, 6, 2.º, esquerdo, Sobralinho, 2600 Alhandra, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 19 de Abril de 2002, por despacho de 22 de Maio de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo.

24 de Abril de 2006. — A Juíza de Direito, *Carla Ventura*. — O Oficial de Justiça, *Jorge Barreto*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso n.º 3055/2006 — AP

A Dr.ª Susana Achemann, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 403/99.1PAVFX, pendente neste Tribunal contra o arguido José Fernando Silva Simões, filho de José Lima Simões e de Maria dos Anjos Moreira

da Silva Lopes Dias, natural de Figueiró dos Vinhos, Aguda, Figueiró dos Vinhos, nascido em 2 de Agosto de 1964, solteiro, com domicílio na Rua dos Mártires Liberdade, 237, Porto, 4300-301 Porto, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física qualificada, previsto e punido pelos artigos 143.º e 146.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 2 de Agosto de 1999 e um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 2 de Agosto de 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 26 de Maio de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

29 de Maio de 2006. — A Juíza de Direito, *Susana Achemann*. — A Oficial de Justiça, *Maria Elizabete Ribeiro*.

Aviso n.º 3056/2006 — AP

A Dr.ª Susana Achemann, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 106/02.1GEVFX, pendente neste Tribunal contra o arguido José Carlos Teixeira Pendão, filho de Manuel Pendão e de Maria Adelaide Teixeira, natural de Peso da Régua, Sediolos, Peso da Régua, nascido em 25 de Agosto de 1962, titular do bilhete de identidade n.º 8803627, com domicílio na Praça Eduardo Mondlane, lote 555, 8, Marvila, 1500 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 18 de Maio de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 2 de Junho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

5 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Susana Achemann*. — A Oficial de Justiça, *Maria Elizabete Ribeiro*.

Aviso n.º 3057/2006 — AP

A Dr.ª Susana Achemann, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 228/02.9GGVFX, pendente neste Tribunal contra o arguido Leonel Luís Ferreira Carlos, de Ariete Rosa Ferreira Carlos, natural de Moita, Alhos Vedros, Moita, nascido em 9 de Fevereiro de 1982, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12170557, com domicílio na Rua Fernão Mendes Pinto, 12, 5.º-C, 2670 Santo António dos Cavaleiros, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 1, alínea f), e n.º 2, alínea e), e n.º 4, ambos do Código Penal, praticado em 3 de Maio de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 2 de Junho de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

5 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Susana Achemann*. — A Oficial de Justiça, *Maria Elizabete Ribeiro*.